

**DAS RUAS ÀS REDES:
A INFORMAÇÃO E A COMUNICAÇÃO
NO (RE)PENSAR E (RE)FAZER POLÍTICA**

Paula Alice Müller Bessa (UENF)

paulatombos@hotmail.com

Ione Galoza de Azevedo (UENF)

ionegaloza@yahoo.com.br

Carlos Henrique Medeiros de Sousa (UENF)

chmsouza@gmail.com

RESUMO

No que tange ao cenário brasileiro moderno, pode-se afirmar que democracia está em crise. E a busca pela efetivação e garantia de direitos fundamentais faz com que grupos se reúnam a partir de anseios comuns numa busca de meios alternativos para repensar - e até refazer - política. Assim, utilizando-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e do método de abordagem hipotético-dedutivo, este texto apresenta um breve panorama dos movimentos sociais que vêm ocorrendo na era da informação e comunicação mediada pela tecnologia. Pois, com o advento da Internet e da consolidação de uma sociedade em rede, as formas de comunicação dos movimentos sociais a partir das plataformas digitais começaram a ser debatidas por teóricos dos mais distintos campos do saber. Desta forma, reconhecendo que é preciso situar historicamente os movimentos recentes no contexto democrático do século XX ao XXI, assim, busca-se explorar os movimentos sociais ocorridos em épocas distintas, em outro contexto social, de modo a observar os movimentos que anteciparam o uso da era tecnológica e ativismos online como estratégias sociais e democráticas, fundamentais para consolidar os direitos sociais. Conclui-se que os protestos sociais agenciados em épocas distintas foram de suma importância e hoje se regozija dos direitos conquistados e que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) fornecem estruturas para cooperar no compartilhamento dos protestos sociais locais e globais e possibilitam contribuir para que os direitos sociais, ambientais, políticos etc. sejam alcançados.

Palavras-chave: NTIC. Democracia digital. Movimentos sociais.

1. Introdução

A atuação do cidadão na esfera pública tem aumentado com o passar dos anos, devido a uma série de mecanismos originados pela tecnologia, “de uma atuação muitas vezes dificultada por barreiras geográficas e temporais, hoje se vive uma realidade que, pela tecnologia, encolhe o espaço e aumenta o tempo”. (ROSSETTO & CARREIRO, 2012, p. 275)

É nesse sentido, que “a comunicação mediada por computadores

gera uma gama enorme de comunidades virtuais” (CASTELLS, 2005), de forma que, deve-se então aproveitar a potência que essas tecnologias oferecem para produzir conteúdo próprio, para compartilhar informação, enriquecendo a cultura e modificando o fazer político. (LEMONS & LEVY, 2010)

Marcus Abílio Gomes Pereira (2010) acredita que o aumento do acesso à internet e a crescente inovação tecnológica nos meios de informação e comunicação permitem maior atuação do indivíduo na esfera pública, revelando que o acesso a produção e a distribuição da informação são elementos essenciais para a democratização da sociedade, visto que vivemos em uma era hiperconectada, no qual a tecnologia vem assumindo um papel de protagonista nos mais diversos setores.

Nesse contexto, André Lemos e Pierre Levy (2012) conduzem a ideia de que na atualidade a democracia conta com o auxílio do meio digital. Manuel Castells e Gustavo Cardoso (2005) corroboram com a ideia dos autores, indicando que as tecnologias da informação e comunicação assumem um papel importante – contribuem com a evolução dos mais diversos setores –, no qual é possível criar novos espaços à prática da cidadania, da democracia, onde a sociedade consiga ser ativa no processo de desenvolvimento tecnológico, científico e econômico. (CASTELLS & CARDOSO, 2005)

Assim, este trabalho propõe uma análise dos protestos sociais organizados nas redes sociais (comunicação digital), reconhecendo que estes se expressam também no espaço público presencial (comunicação face a face). Compreende-se que os agenciamentos sociais recentes revelam uma nova modulação do engajamento social. Percebe-se que – em várias partes do mundo – estes se perfazem vinculados ao espaço físico, mas a grande inovação é a sua atuação através da mediação tecnológica (redes digitais). Tais movimentos, na modernidade, ou seja, até os anos 90, atuaram organicamente, isto é, as lutas sociais se realizaram face a face, muito embora já tenham se utilizado (precarientemente, devido à censura) dos meios alternativos (imprensa, audiovisuais, rádios e tevês piratas) para expressar as suas reivindicações.

Pretende-se analisar as formas recentes do ativismo, observando como atuam nas redes sociais e examinando a sua capacidade de influenciar a sociedade e de promover mudanças sociopolíticas na contemporaneidade. Entende-se por ativismo digital ou ciberativismo a utilização da internet (e outras hipermídias) por movimentos politicamente engajados

nas lutas contra injustiça e exclusão que ocorrem também na própria rede. Hoje, o ativista (político ou social) busca apoio para suas causas através da internet e de outros dispositivos midiáticos; por essa via são criadas redes de solidariedade, promovendo o exercício das ações afirmativas. É pertinente examinar a sua importância na atualidade e verificá-lo como instrumento de preservação da democracia pelo seu caráter comunicacional inovador, portando complexidades que exigem novas metodologias de análise.

Vivemos em um país onde o sistema político é democrático, e é através da experiência democrática que se exerce a cidadania. Mas é importante situar historicamente esta experiência. Portanto, fazendo um balanço cronológico dos protestos sociais nas ruas (antes, durante e depois da ditadura militar), compreendem-se atos de engajamento sociopolíticos e modos de resistência, que contribuíram fortemente para a conquista dos direitos civis, estabilidade sociopolítica e amadurecimento da sociedade.

Nos dias atuais, práticas de participação cidadã através do meio digital ganham cada vez mais notoriedade trazendo novos instrumentos que estimulem o envolvimento do cidadão. Essas iniciativas vão ao encontro com o que André Lemos e Pierre Levy (2010, p. 33) trazem em sua obra “O desenvolvimento do ciberespaço já suscitou novas práticas públicas”, mostrando que as soluções devem estar cada vez mais em sintonia com a realidade da sociedade, buscando aumentar a inclusão cidadã nas decisões públicas. Por conseguinte, José Murilo de Carvalho (2010) indica que a participação cidadã não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população, mas permite que as reivindicações sejam mais representativas quando organizadas e introduzidas. Portanto, corroborando com a visão anterior cabe trazer a afirmação de André Lemos e Pierre Levy (2010, p. 55), no qual os autores afirmam que “ter mídias livres é uma condição básica para o exercício da democracia” à medida que novos instrumentos de produção livre e colaborativa são criados e aperfeiçoados, as possibilidades de ação cidadã ganham força e visibilidade. (LEMOS & LEVY, 2010)

2. Principais protestos sociais ocorridos no séc. Xx à era hiperconectada

Do início do século XX até a ditadura militar (1964), houve uma cultura política ligada aos movimentos sociais voltados para os problemas rurais, incluindo a ação das “Ligas Camponesas”, lutas pela reforma

agrária, em oposição à concentração dos poderes político, econômico e cultural. (SILVA & CARVALHO JUNIOR, 2015, p. 160)

Em meados de 1950, segundo Renato Ortiz (1985) os movimentos nos espaços rurais e urbanos adquiriram visibilidade através da realização de manifestações na esfera pública (rodovias, praças, escolas, fábricas, sindicatos etc.), quando finalmente foram às ruas e tiveram consequências afirmativas, até serem desmantelados pelo Golpe Militar (1964).

Na década de 1970, onde a mídia se encarregou de formular o slogan “Anos Rebeldes” para referir os anos 1960/1970. E, muito embora se fale em “vazio cultural” para aludir aos anos 70, no campo das artes, jornalismo e vida alternativa, houve uma série de manifestações e agenciamentos que atestam uma vigorosa produção e um conjunto de ações afirmativas, que driblaram a censura e a repressão, durante os chamados “anos de chumbo”. Nadine Habert (1996) relata que foi neste cenário político brasileiro que novos atores sociais surgiram expressando-se através dos movimentos sociais, e estes se caracterizavam por apresentarem propostas de organização desvinculadas dos esquemas paternalistas e clientelistas tradicionais no âmbito da política brasileira. Assim, os novos movimentos, de matizes progressistas, conseguem, no seu nascedouro, imprimir uma dinâmica diferente à organização da sociedade civil, trazendo como símbolo específico à luta pela redemocratização e o exercício da cidadania.

Entretanto, convém assinalar que além das lutas e resistência política dos movimentos sociais (OAB, ABI, clero progressista, etc.) houve – neste período – o fortalecimento da indústria cultural. Conforme descreve Renato Ortiz (1985), de 1964-1980 houve uma considerável expansão de consumo de bens culturais. O cinema tornou-se algo marginal, dotado de ideologia e crítica. No mundo todo, os anos 70 foram marcados por utopias revolucionárias. E no fim da década, no campo cultural, o rock sofreu o impacto dos novos tempos, tendo que disputar espaço com a *discomusic*, um estilo descompromissado, música de escape, de modismo. O reggae trazia em suas letras reflexões sobre o terceiro mundo, a pobreza, a exploração. E para uma parcela da juventude, o Movimento Punk definiu o espírito da época que “correspondia ao desemprego e à onda terrorista na Europa” (BRANDÃO & DUARTE, 1990, p. 82). O Movimento Punk promoveu uma revolução nas roupas e nas atitudes com suas posições anarquistas, refletindo também o clima desesperançoso e conservador nos anos 70/80.

Segundo Nadine Habert (1990) após o vendaval dos anos 60 que atingiu os “corações e mentes” de uma geração inteira, os anos 70 começaram sob a égide da fragmentação: desdobramentos da contracultura, movimentos underground, punk, misticismo oriental, vida em comunidades religiosas ou naturalistas, valorização do individualismo, expansão do uso de drogas. Nesse sentido, Antonio Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte nos fala.

Parte da juventude vinda da classe média urbana optou por correntes alternativas de cultura, nas quais viviam suas utopias, envolvendo sexo, drogas e muito rock. Tratava-se de uma forma de inconformismo diante da repressão e do conservadorismo vigente no país, que acabaria num fenômeno contracultural híbrido e complexo que dominou a produção artística e cultural até meados dos anos 70. (BRANDÃO & DUARTE, 1990 p. 86).

No Brasil, durante os anos de chumbo, à época do Governo Médici, os estudantes se apoiaram nas manifestações culturais. Elaborou-se a construção das entidades estudantis, que foram desmanteladas pela repressão. E a arte, especialmente o teatro, passou a ser utilizado como elemento auxiliar para organizar ideais, enfrentando a repressão e buscando recuperar a liberdade de expressão. (SILVA & CARVALHO JUNIOR, 2015, p. 165)

No final dos anos 80, o termo globalização ganha expressão na mídia, conclamando a unificação dos mercados. Tornando-se o assunto da agenda midiática repercutindo em alguns círculos intelectuais e nos meios de comunicação, forjando uma possível união de países e povos.

Os articulistas da “globalização” prometiam um mundo mais justo para todos e apregoavam que a maré do desenvolvimento “levantaria todos os barcos”, isto é, todos os países e classes sociais – em princípio – se beneficiariam com o crescimento da produtividade e prosperidade gerada pelo capitalismo neoliberal.

Jeremy Brecher, Tim Costello e Brendan Smith (2000) argumentam que, apesar desta permanente promessa, em curso há mais de vinte anos, não tardou muito, em termos históricos, para que um pujante e vibrante movimento social internacional surgisse em resposta aos inúmeros impactos negativos da globalização. Dentre esses se destacavam os fatores que comprometiam a desigualdade social, e por outro lado, a crescente poluição da água e emissão de produtos químicos tóxicos sem controle ambiental e social, gerando impactos que afetavam a biodiversidade (exemplo, extinção de várias espécies de animais). No plano político, havia, sobretudo, a corrosão da democracia, a concentração do poder nas

mãos de pequenos grupos de indivíduos e corporações, fazendo com que os poderes públicos se tornassem cadeias de preservação dos interesses privados.

No Brasil, percebiam-se as diferenças regionais, centralização de renda e tecnologia no Sudeste, que se desenvolvia como um campo produtivo para investimentos industriais e agrícolas, enquanto no Norte e Nordeste, eram implantados modelos de desenvolvimento superados e insustentáveis, forjados pelos grupos dominantes, como estratégia para “encobrir” as acentuadas diferenças regionais.

Em 1990, menos de um ano após a queda do muro de Berlim, a ditadura iraquiana resolveu invadir o Kuwait. Em meio à guerra, pela primeira vez na história, espectadores de televisão de todas as partes do mundo assistiriam, via satélite, às incursões aliadas contra os invasores iraquianos.

A rede mundial de computadores, ou Internet, surgiria em plena Guerra Fria. Criada com objetivos militares seria uma das estratégias das forças armadas norte-americanas para manter as comunicações em caso de ataques inimigos que destruíssem os meios convencionais de telecomunicações. Nas décadas de 1970 e 1980, além de ser utilizada para fins militares, a Internet também foi um importante meio de comunicação acadêmico. Estudantes e professores universitários, principalmente dos EUA, trocavam ideias, mensagens e descobertas pelas linhas da rede mundial. Foi somente em 1990 que a Internet começou a alcançar a população em geral. Neste ano, o engenheiro Tim Bernes-Lee desenvolveu a *World Wide Web*, possibilitando o uso de uma interface gráfica e a criação de sites mais dinâmicos e visualmente interessantes. A partir daí, a Internet cresceu em ritmo acelerado.

A década de 1990 se tornou a era de expansão da Internet. Para facilitar a navegação pela Internet, surgiram vários navegadores (*browsers*) como, por exemplo, a *Internet Explorer da Microsoft* e o *Netscape Navigator*. O surgimento acelerado de provedores de acesso e portais de serviços *on-line* contribuiu para este crescimento. A Internet passou a ser utilizada por vários segmentos sociais.

Em junho de 2013, no Brasil, a internet seria um instrumento essencial, pois possibilitou a divulgação instantânea e a organização em massa da população quando milhões de pessoas saíram às ruas para protestar inicialmente contra o preço do transporte público, mas ao longo das manifestações lutavam também contra a corrupção e os gastos com a

Copa do Mundo, além de melhores condições na prestação de serviços públicos e qualidade de vida (MACHADO, 2014, p. 83). Segundo notícia veiculada pela Empresa Brasil Comunicação, cerca de dois milhões de pessoas foram às ruas em quatrocentos e trinta e oito municípios, no dia 20 de junho, considerado o ápice das manifestações. Em 15 de março 2015, o povo brasileiro saiu novamente às ruas para manifestar suas indignações especialmente contra a corrupção do governo. O impulso inicial ocorreu, contudo, com as manifestações dos caminhoneiros contra o preço do diesel, que trancaram as rodovias federais e estaduais em diversos pontos do país. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, no domingo – 15 de março – a estimativa foi de que cerca de um milhão de pessoas participaram do protesto, sendo em São Paulo a maior concentração, com 188 mil manifestantes.

No caso dos protestos do ano de 2015, a iniciativa ocorreu com a criação de uma página no Facebook cujo objetivo era incitar as pessoas a participarem da manifestação. Já nos protestos de junho e julho de 2013, além da mobilização na rede para que a população saísse às ruas, houve cobertura pela Mídia Ninja (Narrativas Independentes de Jornalismo e Ação) de todas as manifestações, “obtendo picos de 25 mil pessoas online”. (MALINI, 2013, p. 15)

Para Jorge Alberto Silva Machado (2007), a utilização criativa das tecnologias de informação e comunicação é um “agregado de peso” nas lutas sociais, pois além de possuir um alcance global, pode concentrar uma grande quantidade de indivíduos e coletivos sociais, que anteriormente encontravam-se dispersos, em ações que possuam uma finalidade comum, formando, com isso, “extensas redes de solidariedade de natureza identitária”.

O potencial de mudança está na “capacidade de mobilização de milhões de consciências por meio das redes. As relações, as afetividades, os sentimentos, os anseios e os sonhos de milhões de pessoas vibram em tais redes”, pois são os indivíduos que atribuem significado às coisas e são capazes de proporcionar as mudanças sociais.

3. Democracia digital

No mundo contemporâneo, o uso pervasivo das *tecnologias da informação e comunicação* e da *comunicação mediada por computador* (doravante TICs e CMCs) mudaram a forma com que nos relacionamos

com nossos semelhantes e a estrutura da sociedade enquanto tal. Com o advento da Internet e a evolução das ciências computacionais, o acesso, armazenamento e intercâmbio de informações se tornaram facilitado, tornando-se característica da era em que vivemos: a Era da Informação. Com as redes digitais proporcionadas pelas TICs, tornou-se possível automatizar tarefas, manter contato com pessoas em praticamente qualquer lugar do planeta e realizar compras sem sequer sair de casa, bastando o acesso à rede. Dessa forma, uma grande rede surgiu, interligando diversos segmentos em uma estrutura *online*. (CASTELLS, 2013)

Assim, várias mudanças aconteceram na forma com que os indivíduos se relacionavam com o seu entorno. Inserida na Era da Informação, essa nova configuração social, denominada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells como *sociedade em rede*, traz no seu cerne a dinamicidade do fluxo informacional proporcionado pela Internet.

Com o surgimento da Internet, o sociólogo espanhol observa novos usos para as redes:

A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente em rápida mutação. (CASTELLS, 2003, p. 7)

A sociedade em rede está inserida em um contexto liberal e capitalista, abrangendo todos os segmentos da organização social: desde o aspecto financeiro até o político se beneficiam do fluxo informacional das redes. Com a emergência da Internet e sua difusão, o intercâmbio informacional entre os nós das mais distintas redes se tornou ainda mais dinâmico. A partir do barateamento dos custos para a obtenção de um computador pessoal, sua aquisição deixou de ser uma questão de luxo para se tornar uma ferramenta necessária no cotidiano de inúmeras pessoas para as mais diversas finalidades. Entretanto, não somente a Internet impulsionou a mudança para a sociedade em rede, Manuel Castells chama a atenção para o surgimento das redes de telefonia celular e a rápida absorção dessa nova tecnologia por parte da sociedade. Para ele, as formas de comunicação sem fio desempenham um papel importantíssimo atualmente, pois trazem consigo não apenas a questão da mobilidade, mas a autonomia. As pessoas não dependem mais de um lugar fixo para estabelecer um contato com outro indivíduo através de uma conexão cabeada (telefone, rádio, Internet), agora é possível fazê-lo de qualquer lugar, a qualquer hora. Isso significa, conforme sua compreensão, que "agora nós te-

mos uma película sem fio sobreposta às práticas de nossas vidas, de modo que estamos em nós mesmos e em nossas redes ao mesmo tempo. Nós nunca deixamos as redes e elas nunca nos deixam [...]". (CASTELLS, 2008, p. 448)

De posse desses avanços tecnológicos, as pessoas podem criar seus próprios sistemas informacionais através da Internet ou dos seus *smartphones*, podendo inclusive realizar transmissões de vídeo ao vivo. Isso retira o protagonismo dos meios de comunicação tradicionais, na medida que as TICs assumem posição basilar na sociedade em rede. Essas novas tecnologias vêm somar, através de um sistema tecnológico de redes digitais, um fortalecimento de redes sociais e organizacionais de uma forma que permite que sua expansão ocorra de forma ilimitada assim como a sua reconfiguração, superando a limitação usual de formas de rede onde a complexidade é contida no tamanho da estrutura da rede. Devido ao fato de que as novas redes não se limitam às fronteiras geográficas das nações, a sociedade em rede assume um caráter de sistema global. (PEREIRA, 2016)

Mediante o uso da Internet com fins comunicacionais, percebemos mudanças importantes no fluxo de informações e na articulação da opinião pública formada nas interações do ciberespaço (GIBSON, 2008, p. 69). Passamos de uma configuração onde predominava a “comunicação de um para muitos” (um *input* para muitos *outputs*, pensemos como exemplo o funcionamento de um jornal diário, cujas notícias são pautadas conforme a orientação do seu editorial) para um novo modelo baseado na “comunicação de muitos para muitos” (vários *inputs* e vários *outputs*, que por sua vez podem se tornar *inputs* e seguir o fluxo comunicacional). Outrora se recebia informações passivamente através dos meios de comunicação de massa, o que relegava as discussões para uma esfera pública que não possuía interação direta com o veículo, agora essa estrutura se vê transfigurada na medida que os indivíduos são ao mesmo tempo consumidores e produtores de informação, além de possuírem os meios para debater, questionar ou rechaçar aquilo que é publicado em tempo real. Essa característica própria da Internet foi denominada por Manuel Castells como *autocomunicação de massas* (*mass self-communication*):

Isto é comunicação de massas porque pode potencialmente alcançar uma audiência global [...]. Ao mesmo tempo, é autocomunicação porque a produção da mensagem é autogerada, a definição dos receptores potenciais é autodirecionada e a recuperação de mensagens ou conteúdos específicos da *World Wide Web* e redes de comunicação eletrônica são autosseleccionadas. (CASTELLS, 2013, p. 55)

Além dos fatores expostos até aqui, as TICs possuem um caráter político, considerando que proporcionam um *medium* para a formação e organização de grupos sociais que utilizam a Internet como ferramenta em busca da expansão de direitos, reconhecimento de minorias ou oposição às opiniões políticas opressivas.

O surgimento da Internet e o célere desenvolvimento das pesquisas em ciências da computação despertaram o interesse de acadêmicos quanto à possibilidade das TICs auxiliarem na participação política dos cidadãos. Afinal, por que não pensar uma forma de governo na qual os cidadãos poderiam ter poder de decisão de fato, contribuindo para o Estado através do ciberespaço? Dessa forma, surgiu a teoria política conhecida como *democracia digital*.

A expressão “democracia digital” - e outras que lhes são próximas ou correspondentes como “democracia eletrônica”, “ciberdemocracia”, “democracia virtual”, “teledemocracia” e suas versões – é cada vez mais extensivamente empregada, por pesquisadores, políticos e militantes sociais e, enfim, pelo discurso público.

Gomes define *democracia digital* como:

um expediente semântico empregado para referir-se à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos. (GOMES, 2005a, p. 217)

Cristiano Ferri Soares de Faria apresenta uma definição completa e abrangente:

A e-democracia consiste em todos os meios eletrônicos de comunicação que habilitem/auxiliem cidadãos em seus esforços para fiscalizar e controlar governantes/políticos sobre suas ações no poder público. Dependendo de qual aspecto democrático esteja sendo promovido, a e-democracia pode empregar diferentes técnicas: (1) para melhorar a transparência do processo político; (2) para facilitar o envolvimento direto e a participação dos cidadãos; e (3) para melhorar a qualidade da formação de opinião por meio de abertura de novos espaços de informação e deliberação. (FARIA, 2012, p. 96)

Os diversos conceitos, além de abordarem temas relativos à fiscalização e controle, parecem estabelecer consenso quanto ao fornecimento de espaço para interação, deliberação e participação civil por meios eletrônicos.

Sendo assim, os usos de novos meios tecnológicos não vêm para substituir as políticas democráticas atuais ou para instaurar uma democracia direta nos moldes ateniense ou romana, mas ao contrário, possui

um grande potencial para aprimorar a forma com que lidamos com os modelos políticos existentes. Trata-se, portanto, de um sistema aberto que pode ser aplicado como aprimoramento para determinada visão de democracia. A expectativa quanto ao papel a ser desempenhado pelas TICs e CMCs é a intensificação e aceleração de processos de formação de opinião, representação e tomadas de decisão através do meio direto de transmissão proporcionado por essas tecnologias.

4. Considerações finais

A partir da pesquisa apresentada, é possível concluir que os protestos sociais ganharam força a partir do advento da Web 2.0, o que possibilitou uma alteração no processo comunicativo e uma abertura das interações, com acesso instantâneo e sem limites territoriais para o alcance. Além disso, a internet se tornou um instrumento de concretização dos movimentos, pois propiciou e ainda propicia uma organização rápida e abrangente da população, que não precisa mais centrar-se no âmbito local, mas pode se estender de forma global.

Percebe-se que as NTICs, como por exemplo, as redes sociais digitais, assumem um papel importante para democratização. Através delas as pessoas publicam suas produções, seus conhecimentos e exprimem livremente suas opiniões. Nelas as pessoas podem depositar as injustiças às quais elas passaram, bem como agenciar movimentos a favor de si e de vários. Neste sentido, o termo “inteligência coletiva conectada” é fundamental para avançar a compreensão dos movimentos sociais atuais.

Convém entender que dentre os fatores geradores das mobilizações, além dos desejos, expectativas e aspirações do chamado “senso comum”, o fenômeno da sociabilidade (que confere sentido à vida social) e da cooperação (o motor que faz funcionar o trabalho e a vida social) são encorajadores para a afirmação de uma comunidade participativa e auto-organizada. E tudo isso é possível com o apoio das novas tecnologias de comunicação.

Em razão dessa natureza convergente, colaborativa e aberta da rede, os movimentos sociais daí oriundos possibilitam – em tese – o amadurecimento das ideias e a gestão de estratégias de participação popular na sociedade de forma direta. São, portanto, mecanismos de cidadania, que contam com a adesão dos cidadãos sem o compromisso obrigatório de uma legenda partidária. E isto é saudável, do ponto de vista da demo-

cracia, porque o sentido desses movimentos está centrado nos interesses imediatos e comuns dos cidadãos, muito mais do que em interesses meramente políticos de plataformas eleitorais, resguardando-se o direito de até se manifestarem politicamente se assim o desejarem.

Assim, pode-se atestar que a rede como um espaço público fértil para a propagação de movimentos sociais e a consolidação de tomadas de posição do povo em relação a seus governos e seus Estados com um poder de decisão direta de suas escolhas, exercendo assim forte pressão aos poderes legalmente constituídos, especialmente quando estes movimentos se difundem da rede para as ruas e praças públicas, onde de fato se tornam tangíveis, ganham visibilidade e legitimidade como indicadores da manutenção da democracia.

Conclui-se então que a democracia digital num sistema democrático tem a finalidade de promover uma participação mais ativa dos cidadãos no campo político do país, onde ocorrem naturalmente trocas argumentativas, colaborando assim com a ordem instituída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais da juventude*. São Paulo: Moderna, 1990.

BRECHER, Jeremy; COSTELLO, Tim; SMITH, Brendan. *Globalization from below: the power of solidarity*. Massachusetts: South End Press, 2000.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. Trad.: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. *A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad.: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *A sociedade em rede: do conhecimento à política*. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Trad.: Belém: Imprensa Nacional/Casa da

Moeda, 2005.

COSTA, Rogério da. *A cultura digital*. São Paulo: Publifolha, 2008.

_____. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoas, inteligência coletiva. In: ANTOUN, Henrique. (Org.). *Participação e vigilância da era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 12, n. 35, 1997.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de. *O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o legislativo na elaboração das leis?* Brasília: Edições Câmara, 2012.

GIBSON, Willian. *Neuromancer*. São Paulo: Aleph, 2008.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Fronteiras-Estudos Midiáticos*, vol. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

_____. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista FAMECOS: Mídia, Cultura e Tecnologia*, vol. 1, n. 27, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, vol. II. Trad.: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Trad.: Flávio Beno Siebeneichler, vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LIN, Nan; COOK, Karen; BURT, Ronald. *Social capital: theory and research*. New Brunswick: AldineTransaction, 2005.

MACHADO, Jorge Alberto Silva. A mudança começa na rede. In: Comi-

tê Gestor da Internet no Brasil. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil: TIC domicílios e empresas 2013*. Coordenação executiva e editorial de Alexandre Barbosa. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, p.81-85, 2014.

_____. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. *Teoria e Sociedade*. Belo Horizonte, UFMG, vol. 18, n. 2, 2010.

PEREIRA, Thiago Porto. *A vontade geral: do século XVII à democracia digital*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento; CARREIRO, Rodrigo. Democracia digital e sociedade civil: uma perspectiva do estado atual no Brasil. *Revista Comunicação & Sociedade – C&S*, São Bernardo do Campo, vol. 34, n. 1, p. 273-296, jul./dez. 2012.

SILVA, Irley David Fabrício da; CARVALHO JUNIOR, José Genildo Alves de. As redes sociais como espaço de articulação dos protestos sociais no contexto democrático do século XXI. *Revista Temática*, NAMID/UFPB, ano XI, n. 05, maio/2015.